

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG) E SUA ATUAÇÃO

Leonardo Lelis Leão¹

RESUMO

Os bancos podem ser considerados instituições diferenciadas no que se refere à sua criação de valor. Com um banco de desenvolvimento a situação não poderia ser diferente. Esse estudo tem como objetivo discutir o contexto e a função dos bancos e realçar a atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) a partir de seu histórico. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, objeto do presente estudo foi o primeiro com esse modelo criado no Brasil. Atualmente o BDMG opera varias fontes de recursos com riscos diretos: recursos de repasse do BNDES, recursos captados junto ao mercado domestico e internacional e seus recursos próprios, constituindo-se de um importante mecanismo de fomento para o desenvolvimento regional no Estado de Minas Gerais.

Palavras-chaves: Banco de Desenvolvimento. Instituições Financeiras. Desenvolvimento Regional. Sistema Financeiro Nacional.

1 INTRODUÇÃO

Os bancos podem ser considerados instituições diferenciadas no que se refere à sua criação de valor. Por serem intermediários financeiros, suas principais receitas podem não ser decorrentes de prestação de serviços, mas provenientes das operações de crédito, sustentadas por depósitos de terceiros. Ou seja, as instituições financeiras podem criar valor a partir do seu passivo, sendo a alavancagem uma das variáveis importantes para o sucesso do empreendimento.

Com um banco de desenvolvimento a situação não poderia ser diferente. Na realidade são instituições financeiras que precisam ser geridas com maior planejamento, cautela e acurácia, pois seus ativos são de prazos mais longos do que os praticados por

¹ Mestre em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo. Professor dos cursos de Pós-Graduação do Centro Universitário Newton Paiva – MG. leonardoleao75@gmail.com

bancos comerciais e a instituição de fomento não tem a captação de depósitos a vista em seu portfólio, por não ser um banco múltiplo.

Esse estudo tem como objetivo discutir o contexto e a função dos bancos e realçar a atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) a partir de seu histórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os bancos têm sua origem no mundo antigo. Segundo ADAM (2007), alguns historiadores descobriram vestígios da atividade bancária na antiga Mesopotâmia, há 3000 anos antes de Cristo. Naquela época os templos eram utilizados para fazer as trocas das moedas por mercadorias, funcionando como local de depósito e emprestando dinheiro para comerciantes e mesmo para reis.

O templo era utilizado para esse objetivo pelo fato de ser considerado o local mais seguro das cidades para a guarda do ouro. Isso pode ser visto na famosa passagem bíblica em que Jesus expulsa os comerciantes do templo. Na Roma Antiga a atividade bancária já trazia operações complexas, com base jurídica desenvolvida, com a ideia de taxas de juros sendo iniciada nas transações.

Choudhry (2007, p.xviii) define a função do banco como:

Um banco deve ser capaz de atender às necessidades tanto de seus investidores quanto de seus clientes, mantendo a liquidez solicitada pelos primeiros e criando linhas de longo prazo com baixas taxas para atender aos tomadores de crédito. Esse ambiente apresenta riscos primários, como a possibilidade de, ao mesmo tempo, todos os investidores decidirem retirar-se dos investimentos no banco, e todos os clientes não honrarem o pagamento de seus empréstimos. A forma de mitigar esses riscos é dividindo e pulverizando esses riscos em uma grande base de ativos e passivos (CHOUDHRY, 2007, P.XVIII)

No Brasil, em 1808 foi criado por D. João VI o Banco do Brasil, mesmo ano da chegada da Corte ao país, com o objetivo de fomentar a criação de indústrias de manufatura. Segundo COSTA NETTO (2004, p. 14) o Banco era administrado por nobres indicados pelo Rei e tinha exclusividade na emissão de moeda em circulação no Brasil, isenção total de quaisquer impostos ou tributos, entre outras benesses. Apesar disso, o primeiro Banco do Brasil manteve-se aberto apenas por 21 anos, sendo liquidado em 1829, em decorrência de suas dificuldades financeiras e incapacidade de fazer face às suas obrigações.

Em 1851 nasceu outro Banco com o mesmo nome, resultado pela fusão do Banco do Brasil, fundado por Mauá, com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Essa fusão foi fomentada pelo Estado, com vistas a estruturar uma reforma financeira e tendo esse novo banco a exclusividade na emissão de papel moeda. No decorrer do século XIX e meados do século XX, foram criados e extintos muitas instituições financeiras, públicas e privadas, com o objetivo de oferecer crédito ao mercado demandante que se iniciava no País. No século XX, mais precisamente na década de 1950, começou-se perceber, por parte do Governo Federal, a necessidade da criação de um banco de desenvolvimento, para mudar o perfil agrícola do país e promover a implementação da indústria de base.

É preciso nesse momento apresentar as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico. Conforme definição elaborada por Vasconcelos e Enriquez Garcia, citado em Lima Neto (2008, p. 17)

Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um desenvolvimento mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diversos setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia (LIMA NETO, 2008, P. 17).

Como se fala em crescimento tem-se como objetivo o curto prazo, ainda que esse crescimento possa refletir resultados de longo prazo. O crescimento não afeta os fundamentos da economia, tendo foco somente na produção e em seu aumento, enquanto que o desenvolvimento tem forte relação com o longo prazo e a sustentabilidade do crescimento, por meio de modificações estruturais e perenes no bem estar da população, que serão geradas, evidentemente, pelo crescimento econômico atrelado à melhor distribuição de renda na economia.

Conforme Diniz e Ferreira (1994, pg. 2) relata que, após a criação do BIRD no pós-guerra, esse banco focou as suas ações na reconstrução do continente Europeu, fato que desagradou a América Latina, sob forte influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e culminou, em 1961, na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma instituição que tinha como objetivo apresentar soluções para os problemas do continente latino-americano. Esse movimento teve como paralelo a criação de bancos de desenvolvimento em outros países, como o KfW, na Alemanha em 1948, o JBD, em 1951, no Japão e o KDB, na Coreia em 1952. Esses órgãos foram criados após a constatação de que a banca privada, focada na economia de mercado seria

ineficiente para atender os anseios dos países em desenvolvimento, ou que necessitavam de ser reconstruídos após os conflitos mundiais, ocorridos na primeira metade do século XX. Segundo Diniz e Ferreira (1994, pg. 3) enquanto a banca privada tinha o foco somente no curto prazo, com pouco risco e com crédito generalista, os bancos de desenvolvimento tem, em sua concepção, o objetivo de compreender a magnitude de projetos de grande envergadura e impacto para o crescimento sustentado, de longo prazo e com vistas a atender as necessidades da sociedade.

2.1 O Surgimento dos Bancos de Desenvolvimento

Nessa mesma linha em 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, que mais tarde passaria a se chamar BNDES, incluindo o “S” de Social em suas diretrizes, para fomentar e financiar com linhas de empréstimo de longo prazo a implantação e o desenvolvimento das indústrias que aqui se instalariam, gerando emprego e renda para a economia brasileira, naquele momento ainda fortemente agrícola e inserida no setor primário.

Conforme apresentado nos relatórios anuais do BNDES (1992), citado por Diniz e Ferreira (1994, pg. 4) o funding destinado às operações do BNDES inicialmente provinham de um adicional do Imposto de Renda, complementados na década de 70 por recursos advindos do orçamento da União e, por fim, com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Atrelado a esse movimento, foram criados o Banco de Crédito da Amazônia (BASA) em 1950, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952, e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, todos com o intuito de analisar as características regionais e apresentar soluções para os problemas que prejudicavam o desenvolvimento de cada região.

O primeiro banco de desenvolvimento criado por um Estado da Federação foi o Banco de desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, objeto do presente estudo. Sua criação suscitou em vários outros estados a necessidade de uma instituição de fomento que conhecesse as peculiaridades e dificuldades enfrentadas pela sociedade, e propusessem soluções de longo prazo para enfrentar os problemas. Abaixo o quadro 01 traz os bancos criados pelos estados na segunda metade do século XX:

Quadro 01: Bancos Oficiais Brasileiros

Ano	Nome do Banco
-----	---------------

1896	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais / MINASCAIXA
1916	Caixa Econômica do Estado de São Paulo / Banco Nossa Caixa
1960	Caixa Econômica Estadual do Estado do Rio Grande do Sul / CEERS
1962	Bco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul / BRDE
	Caixa Econômica do Estado de Goiás / CAIXEGO
	Bco de Desenvolvimento de Minas Gerais / BDMG
1966	Bco de Desenvolvimento do Estado da Bahia / DESENBANCO
1968	Bco de Desenvolvimento do Paraná / BADEP
1969	Bco de Desenvolvimento do Espírito Santo / BANDES
	Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina / CEESC
1970	Bco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão / BDM
	Bco de Desenvolvimento do Ceará / BANDECE
	Bco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo / BADESP
	Bco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte / BDRN
1974	Bco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul / BADESUL
1975	Bco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro / BD- RIO
1977	Bco de Desenvolvimento do Estado de Goiás / BDGOIAS
	Bco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina / BADESC

Fonte: Banco Central do Brasil, Cadastro de Instituições Financeiras, citado por Costa Neto (2004, pg. 54)

De todos os Bancos de desenvolvimento que foram criados, atualmente só restaram três: o Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES e o BRDE. O Banco do Nordeste do Brasil – BNB, modificou sua configuração inicial e atualmente opera como Instituição Financeira Múltipla. O declínio dos bancos de desenvolvimento no Brasil foi decorrente de dois fatores principais: a profunda crise econômica da economia brasileira - que se inicia em 1980 e se estende, pelo menos, até a estabilização da economia propiciada do Plano Real - que provocou sérios danos às instituições voltadas para o financiamento produtivo e de longo prazo; e a má gestão caracterizada pelas influências políticas nos bancos de fomento estaduais.

Em relação ao primeiro fator, Gremaud et al (2002, pg. 569) coloca a mudança do objetivo do Estado na política de financiamento de longo prazo, no momento em que efetiva o Plano Nacional de Desestatização – PND, com a privatização de grande parte de empresas públicas federais e estaduais, entre elas bancos, com vistas a reduzir o déficit público. Levanta a questão da posição do BNDES nesse processo e qual seria o valor remetido ao Estado em decorrência das privatizações. Para Giambiagi e Além (2011, p. 388) na década de 1980 o BNDES assume posição de destaque no programa de reprivatização brasileiro, que era o agente operacional do Conselho Federal de Desestatização.

O Banco financiava aquisições de empresas brasileiras, uma vez que as privatizações somente poderiam acontecer caso fossem efetuadas em moeda corrente. O

BNDES financiava até 70% do valor, com 10 anos de prazo de amortização, a uma taxa máxima de 12%a.a. Foi financiado pelo BNDES aproximadamente 80% das privatizações no período, devido ao longo prazo oferecido, o que fez com que o preço das operações também sofresse um ágio.

Outro fato interessante colocado pelos autores foi o benefício gerado ao BNDES pela desestatização: o Banco tinha em sua carteira, sob controle da BNDESPAR, empresas que foram socorridas pela instituição e, devido a impossibilidade de honrar seus financiamentos, tiveram suas dívidas substituídas por participações acionárias em seu capital, tornando-as estatais. Esse fato gerava prejuízo à BNDESPAR, que comprometia mais da metade de seus recursos para manutenção das operações dessas empresas, devido à criticidade de suas contas e sua demanda por gestão. A saída para essa situação que deteriorava sua carteira foi a privatização dessas empresas, o que levou o BNDES a operar com mais efetividade no Programa Nacional de Reprivatização.

Nada obstante, não se pode desconhecer o importante papel de Bancos de Desenvolvimento no país – tendo o BNDES como seu maior expoente – na economia brasileira, seja como agentes de desenvolvimento regional, seja como parceiros do governo central em políticas anticíclicas, como é o caso recente da crise internacional de 2008.

Em relação ao primeiro item, Puga e Borça Junior (2011, p. 2) ressaltam que no período pré-crise de 2008, a participação do BNDES no mercado de crédito brasileiro estava em declínio, atingindo em setembro de 2008 a cifra de 16%.

Para Sant’Anna, Borça Junior e Araújo (2009, p. 4), é evidente a inversão da posição dos bancos públicos em relação à banca privada no mercado de crédito brasileiro. Com a redução do crédito causado pela crise e a retração dos empréstimos pelos bancos privados, o BNDES aumentou sua participação nesse mercado de maneira substancial, alcançando, em junho de 2010, 21,2% do total de crédito no Brasil.

Com a estabilização da economia e arrefecimento da crise, a preocupação do Banco Central do Brasil passou a ser a inflação e nesse contexto o BNDES teve papel de fundamental importância para atingimento das metas do governo, reduzindo os valores financiados e contribuindo para a contenção da demanda agregada. Assim, mais do que gerador de recursos e órgão de fomento para a indústria de base, função para a qual foi criado na década de 60 do século passado, o banco de desenvolvimento assume papel de mecanismo para a aplicação das políticas fiscal e monetária do Governo Federal.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada nesse trabalho é de caráter Exploratório e descritivo, sendo um estudo de caso do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais –e o impacto da sua atuação para o Estado de Minas. O objetivo principal dessa pesquisa é discutir o contexto e a função dos bancos e realçar a atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) a partir de seu histórico.

De acordo com Gil (2002, p.17), pode-se definir pesquisa como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Segundo Vergara (2003), a pesquisa é descritiva, levando-se em consideração o fato de que a mesma pretende obter e investigar os dados referentes ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais SA. Descritiva, pois apresenta o histórico do BDMG desde sua fundação até os dias atuais e sua relação com o Estado de Minas Gerais. De acordo com Gil (2002, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Pode-se classificar a pesquisa ainda como documental, pois utiliza dados extraídos de documentos do BDMG, como relatórios, balanços, apresentações, registros, planos e estudos realizados a respeito do objeto a que a pesquisa se propõe investigar. Por se tratar de documentos impressos, Gil (2002), ao conceituar pesquisa documental estabelece sua diferença com relação à pesquisa bibliográfica:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL 2002, p.45).

Com relação à natureza dos dados coletados, os dados pertinentes a investigação proposta são de origem documental, acessados por meio dos documentos oriundos do BDMG. De acordo com Richardson (1999, p.85) podem ser utilizados “como material de estudo qualquer forma de comunicação, usualmente documentos escritos, como livros, periódicos, jornais, mas também, pode recorrer a outras formas de comunicação”.

Para efetuar uma análise e tratamento do material obtido a partir dos documentos pesquisados, foi efetuada uma análise de conteúdo qualitativa.

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1997, p.31) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações [...] não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto”. Minayo (1999, p.74) destaca duas funções na aplicação dessa técnica: a verificação de hipóteses ou questões e a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo proposto nesse projeto tem como universo de pesquisa o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, fundado em 1962 em Belo Horizonte – Minas Gerais. Criado pelo Governo Estadual, seu objetivo era fomentar e estimular a criação e a instalação de indústrias no Estado, visando a geração de emprego, renda, modernização e a expansão da economia mineira. No início, os focos do banco foram: (i) a consolidação da indústria de base, sobretudo a siderurgia, pelo fato do estado ser detentor de grandes jazidas de minério de ferro; (ii) o apoio e à diversificação e modernização da agricultura; (iii) o desenvolvimento de estudos e diagnósticos sobre a economia mineira, tornando o Banco um ator estratégico na formulação de políticas de planejamento do estado.

PEREIRA-DINIZ (2008, pg. 16) ressalta as cinco funções principais que levaram a criação do BDMG:

1 – Financiar empreendimentos de alto interesse para a economia do estado de Minas Gerais, Subordinando a concessão de empréstimos aos mais rigorosos critérios técnicos e científicos de análise das propostas e pedidos;

2 – Fazer investimentos de reprodução direta ou indireta e que sejam de relevante interesse para a economia do Estado, subordinando-os a critérios técnicos e científicos;

3 – Esses investimentos e financiamentos poderão ser aplicados tanto à agricultura quanto à indústria ou a serviços de utilidade pública, desde que as empresas assistidas tenham sede e localização em Minas Gerais;

4 – Estudar os problemas da economia do estado e análise sistematizada do processo de desenvolvimento econômico de Minas em todos os setores de atividade, estabelecendo programas periódicos de desenvolvimento econômico para o Estado;

5 – Dar parecer em assuntos de natureza técnica e econômica, quando solicitado, aos poderes executivo e legislativo.

Lima Neto (2008, p. 47) lista outras 4 funções que deveriam ser cobertas com a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais:

1 – estabelecer condições de desenvolvimento com foco no crescimento da atividade industrial, principalmente para as micro e pequenas empresas;

2 – tratar o crescimento e desenvolvimento de Minas Gerais de forma uniforme, criando condições econômicas em todas as suas regiões;

3 – atuar como provedor de condições técnicas e financeiras de projetos de interesse estadual;

4 – alocar, de forma eficaz, o capital nacional e internacional entrante em Minas Gerais, de forma a proporcionar o desenvolvimento equitativo.

Na visão dos dois autores acima citados, o BDMG tem exercido um papel fundamental de fomentador do desenvolvimento do Estado, seja na implantação de importantes segmentos da indústria de transformação, seja no suporte posterior de outros setores da economia germinados por força de atuação do Banco. Estes autores ressaltam, em linha com o pensamento Keynesiano-desenvolvimentista que o BDMG surgiu para cobrir a lacuna no segmento de crédito privado, que não tem interesse para financiamentos de longa maturação. Ademais, por ser um ente estatal deverá estar alinhado com a política de desenvolvimento do Governo, gerando melhoria na qualidade de vida da população que usufruirá dos benefícios propiciados pelos projetos implementados.

Com o passar dos anos o BDMG passou a atuar em outras frentes e mercados, atendendo hoje desde as micro e pequenas empresas até as grandes corporações de capital nacional e internacional. No decorrer das quase cinco décadas de funcionamento, o banco foi grande indutor de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, por meio de financiamentos de médio e longo prazos concedidos a empresas instaladas no setor. Vale ressaltar os projetos de recuperação da lavoura cafeeira, de apoio à modernização da base industrial que culminou com a implantação de grandes empresas no estado, dentre elas a

FIAT, e, mais recentemente, o de expansão da indústria sucroalcooleira, transformando Minas Gerais no segundo polo nacional do setor.

Conforme a Fundação João Pinheiro (2011, p. 13) os bancos públicos são a forma de intervenção do Estado na economia, uma vez que o mercado financeiro privado apresenta falhas, que solicita a participação governamental. Estudo realizado pela Fundação João Pinheiro comparando os anos de 2005, 2009 e 2010 analisa os impactos gerados pela atuação do BDMG na economia mineira como agente indutor do desenvolvimento, alavancando o investimento e o elevando a patamares mais altos do que a simples perspectiva puramente financeira. O resultado apresentado pelo estudo mostra, entre outras coisas, que o chamado lucro indireto gerado pelo banco para o Estado está muito além do resultado financeiro apresentado pela instituição em seu balanço contábil.

Segundo Campolina (1994, p. 60) os Bancos de Desenvolvimento no Brasil tinham um saldo de aplicações que superava os US\$ 10 bilhões na década de 1980, período de maior atividade dessas instituições. O *funding* para essas operações vinha dos fundos nacionais de desenvolvimento e de recursos oriundos dos estados, quer fosse por fundos multilaterais de desenvolvimento, quer fosse por modelos de incentivos fiscais.

O Estudo desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (2011, pg. 16) apresenta três níveis de impactos causados na economia pelo Banco de Desenvolvimento: Diretos, Indiretos e Induzidos. Os efeitos diretos, como o próprio termo diz, são os valores liberados pelo Banco às empresas e que são direcionados à sua produção, para atendimento ao mercado consumidor. Os efeitos indiretos estão relacionados aos bens e serviços que gravitam em torno dos negócios das empresas financiadas, mas que não estão diretamente ligados ao seu produto final. Podem ser identificados no atendimento a fornecedores, situados no próprio país ou destinado ao pagamento de importações, que atuarão como uma cadeia de fornecimento de bens e serviços para o funcionamento do negócio fim da empresa, como alimentação dos funcionários, serviços bancários, entre outros. Por fim os efeitos induzidos são percebidos pela geração de emprego e renda ocasionada pelos salários pagos diretamente aos funcionários da organização financiada, que fomentarão o comércio local e aumentarão a circulação de moeda na região em que a empresa recebedora dos recursos do BDMG está localizada. Os juros pagos às instituições financeiras pela empresa e seus funcionários gerarão mais capital, que por sua vez será reinvestido em novos empréstimos para a região, que fomentarão outros

novos negócios ou mesmo o crescimento e consolidação de empresas já existentes, criando o fenômeno do ciclo virtuoso da economia.

O estudo da FJP (2011, pg. 20) relata que:

[...]os desembolsos do BDMG provocam importantes efeitos quantitativos na economia estadual, tanto no curto prazo quanto no longo prazo. No curto prazo, a execução dos projetos de investimento estimula os setores produtivos que receberam os desembolsos e contribui para a geração de renda e de emprego. [...] No longo prazo, os efeitos positivos decorrem dos ganhos de eficiência produtiva, uma vez que esses investimentos representam melhoria da competitividade para o sistema econômico estadual (FJP, 2011, pg. 20)

Segundo BDMG (2002, pg. 170) o BDMG tem participação complementar às instituições de crédito privado na oferta de crédito, além de indutor e realizador de políticas públicas de desenvolvimento, em consonância com os objetivos e metas econômicas e sociais do Estado de Minas Gerais. Sua participação como instituição financeira é de fundamental importância para que o banco possa exercer seu papel na promoção do desenvolvimento econômico e social de Minas. Seu largo conhecimento das necessidades regionais e deverá ser utilizado como gerador de novos investimentos, aumentando a competitividade do Estado em escala nacional. Para BDMG (2002, pg. 208):

O BDMG será ator fundamental no novo cenário em que o desenvolvimento sustentável é o objetivo a ser alcançado. O BDMG, como exposto, está preparado para esse desafio, pois muitas das funções desejáveis para as agências de fomento [no Brasil] já são [sua] realidade. Cabe, portanto, ampliar essas ações e implementar outras que colocarão Minas Gerais no caminho do desenvolvimento sustentável (BDMG, 2002, pg. 208).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BDMG tem aumentado significativamente o volume de operações com risco direto do banco, dada a limitação de recursos oriundos de fundos estaduais, recursos esses em que o Banco atuava como agente financeiro, mas com o risco de crédito sendo absorvido pelo Estado.

Atualmente o BDMG opera somente com duas fontes de recursos com riscos diretos: recursos de repasse do BNDES, em que existe um casamento perfeito entre prazos e taxas, e os recursos próprios. Dado um aumento da utilização de recursos próprios para fazer frente a financiamentos torna-se imprescindível a elaboração de uma sistemática

objetivando o controle dos descasamentos entre passivos e ativos, buscando dirimir os riscos de cada operação, seja ela de tesouraria ou de crédito, aumentando sua rentabilidade e sua sustentabilidade no longo prazo.

Torna importante salientar a contribuição do BDMG para o desenvolvimento regional do Estado de Minas Gerais nos campos social e econômico ao apoiar iniciativas empresariais e contribuir para a geração de emprego e renda nos municípios mineiros.

THE MINAS GERAIS DEVELOPMENT BANK (BDMG) AND ITS IMPORTANCE IN THE NATIONAL FINANCIAL SYSTEM

ABSTRACT

Banks can be considered as differentiated institutions with respect to their creation of value. With a development bank the situation could not be different. This study aims to discuss the context and function of the banks and to highlight the performance of the Bank of Development of Minas Gerais (BDMG) from its history. The Minas Gerais Development Bank - BDMG, object of this study was the first with this model created in Brazil. Currently, BDMG operates only with two sources of resources with direct risks: BNDES onlending resources and own resources, constituting an important mechanism for fostering regional development in the State of Minas Gerais.

Keywords: *Development Bank. Financial Institution; Regional development; National Financial System*

REFERÊNCIAS

ADAM, Alexandre. **Handbook of Asset and Liability Management: From models to Optimal Returns Strategies.** John Wiley and Sons, 2007.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. **BDMG – 15 Anos Desenvolvendo Minas.** Belo Horizonte – 1977

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1997.

CHOUDHRY, Moorad. **Bank Asset and Liability Management: Strategy, Trading, Analysis.** John Wiley and Sons, 2007.

COSTA NETTO, Yttrio Corrêa da. **Bancos Oficiais no Brasil: Origens e Aspectos de Seu desenvolvimento.** Brasília, Banco Central do Brasil, 2004.

DINIZ, Clelio Campolina, FERREIRA, Afonso Henriques Borges. **O BDMG e o desenvolvimento econômico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994.

GIAMBIAGI, Fabio. ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4 Edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, Amaury P. VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. TONETO Jr., Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. 4ª Edição. São Paulo, Atlas, 2002.

Lei Estadual 2.607, de 05 de janeiro de 1962, pelo site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – www.almg.gov.br.

LIMA NETO, Geraldo Coelho. Dissertação de Mestrado: A trajetória do BDMG e o Desenvolvimento da Economia Mineira. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2008. Minas Gerais do Século XXI – BDMG – Minas Gerais, 2002.

PUGA, F., BORÇA Jr. G. O papel anticíclico do BNDES e sua contribuição para conter a demanda agregada. *Revista Visão do Desenvolvimento*, BNDES, n. 96, 29 de junho de 2011.

Resolução 394/76, do Conselho Monetário Nacional – 1976

Resolução 3564/2007, do Conselho Monetário Nacional – 2007

Resolução 2804/2000, do Conselho Monetário Nacional – 2000

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA, Sílvia C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2003.